

OS AGRÁRIOS

RESENHA HISTÓRICA

(1852– 2009)

António José A. Completo
Engenheiro Técnico Agrário
Presidente da Assembleia-Geral da ANET

I - Síntese Histórica (1852 – 1975)

O ensino agrícola em Portugal foi instituído pela primeira vez no reinado de D. Maria II em 1852, por Decreto de 6 de Dezembro daquele ano.

Em 1855, são criados o Instituto Agrícola e as Escolas Regionais de Agricultura na Bemposta em Lisboa, Évora e Viseu. Posteriormente, a Escola Regional de Viseu é transferida para Coimbra, e em 1862 é extinta a Escola da Bemposta e criada em sua substituição pelo então Conselheiro Morais Soares, Director Geral da Agricultura, a Escola de Sintra, para cujo funcionamento foi arrendada por trinta anos a Quinta da Granja então propriedade do Marquês de Pombal. Segundo rezam os documentos da época, a referida quinta passou a denominar-se “Quinta Regional de Sintra “ e iniciou o seu funcionamento em 10 de Setembro daquele ano.

Em 1865, são finalmente criados os cursos de Regentes Agrícolas e Regentes Florestais, sendo extinta a Escola Regional de Agricultura de Coimbra em 1869.

Em 1866, pela reforma do ensino introduzida por Emídio Navarro, a Escola Regional de Sintra passa a designar-se por Escola Central de Agricultura, sendo em 1887 transferida para Coimbra e de novo designada por Escola Prática de Agricultura. Fica instalada na Quinta do Bispo pertencente à Mitra de Coimbra, explorando ainda a Quinta do Paul e outras de menor dimensão expropriadas para o efeito.

Em 1892 com a reforma efectuada por João Franco então ministro das Obras Públicas, a Escola muda a denominação para Escola Central de Agricultura, e posteriormente com uma nova reforma do ensino feita por Elvino de Brito, é novamente alterada a sua designação para Escola Nacional de Agricultura mantendo esta designação até 1911, altura em que é aprovada a organização do ensino médio, passando os cursos a ter a duração de 6 anos, sendo 4 de preparação geral e 2 de formação técnica. A estrutura dos cursos agrícolas viria a ser alterada em 1919, passando a ter a duração de 7 anos (Decreto 5627, de 10 de Maio).

De acordo com os registos que foi possível consultar, o primeiro aluno que foi admitido no ensino oficial agrícola em 19 de Agosto de 1865 chamava-se António Gonçalves, vindo a sair diplomado em 17 de Dezembro de 1868, o qual recebeu a carta de curso nº 1 passada em 20 de Maio de 1869, que foi deixada em testamento à Escola Agrícola de Santarém.

As matrículas nos primeiros cursos foram sendo feitas lentamente, rondando em média 5 alunos por ano, até 1872. Em Abril de 1888, matricularam-se na Escola de Sintra 288 alunos provenientes de todas as regiões do país, dos quais só viriam a concluir o curso 128 alunos.

Foi deste modo que se iniciou no país o curso de Regente Agrícola, que em 1919 passou a designar-se por Engenheiros Agrícolas e em 1920 por Agricultores Diplomados, retomando em 1931 a sua original designação de Regente Agrícola (Decreto 19908, de 15 de Junho), curso que viria a ser ministrado nas extintas Escolas de Coimbra, Santarém, Évora, Tchivinguiro (Angola) e Vila Pery (Moçambique), até 1976, altura em que as Escolas de Regentes Agrícolas passam a depender do Ensino Superior, que pelo Decreto-Lei nº 316/76, de 29 de Abril, equiparou a bacharéis os diplomados com o curso de Regente Agrícola.

Extinto o curso de Regente Agrícola em 1976, após a revolução do 25 de Abril, foram as Escolas de Coimbra e Santarém transformadas em Escolas Superiores Agrárias e integradas nos Institutos Politécnicos, juntamente com outras que então foram criadas tais como em Beja, Castelo Branco e Bragança. A escola de Évora também extinta veio a ser integrada conjuntamente com a sua exploração agrícola na Universidade de Évora.

Durante os últimos 30 anos foram nestas Escolas ministrados os diversos cursos superiores agrários ao nível de bacharelato, sendo recentemente extintos com a reformulação do ensino superior universitário e politécnico em consequência do processo de Bolonha que criou os novos ciclos de ensino superior.

II – VIDA ASSOCIATIVA (1898 -1988)

Trinta anos após ter saído o primeiro aluno formado na Escola de Regentes Agrícolas da Quinta do Marquês em Sintra em 1898, com o intuito de criar uma associação de classe, um grupo de colegas formados naquela Escola reuniu-se na Associação dos Logistas de Lisboa no dia 10 de Julho daquele ano, para dar início à elaboração dos estatutos de uma Associação dos Regentes Agrícolas.

Após algumas reuniões, a Comissão instaladora aprovou em 12 de Setembro de 1898 um projecto de estatutos que enviou a todos os colegas, recolhendo sugestões para a uma versão final, que após algumas emendas foi enviada para a Repartição do Comércio, para registo e concessão do respectivo Alvará, que viria a ser concedido por CARTA RÉGIA de 19 de Janeiro de 1899 (reprodução anexa), ficando assim constituída e registada a primeira Associação dos Regentes Agrícolas.

Em Fevereiro de 1899 iniciou-se a primeira campanha de angariação de associados e é convocada uma Assembleia Geral para 25 de Fevereiro do mesmo ano, para eleição da primeira Direcção, que viria a ser constituída pelos seguintes associados:

- José Mateus Xavier
- Albino Augusto Fausto Oliveira
- Luís Maria Sales
- António Maria da Silva
- Pedro Emílio Castelo Branco
- Diogo de Oliveira Jardim
- José Pedro Coelho

Entretanto, e dado o grande surto de epidemias que na época assolou o país e levou muitos associados a saírem da capital, a Direcção eleita só veio a reunir em Março de 1900 para proceder a uma revisão da quotização, então considerada muito elevada, no valor de 500 réis, vindo a ser alterada em Assembleia Geral de 17 de Abril do mesmo ano para 300 réis para sócios ordinários e 200 réis para sócios extraordinários.

A Associação esteve praticamente inactiva e viveu momentos muito conturbados entre Novembro de 1900 e Novembro de 1910, altura em que, em apoio à revolução que derrubou a monarquia em Portugal, realizou uma Assembleia Geral à qual compareceram antigos associados e membros dos corpos gerentes, numa tentativa de relançamento da Associação dos Regentes Agrícolas.

Dada a inexistência de uma sede, as reuniões eram feitas em casa do vice-presidente António Maria da Silva, até que se conseguiu arrendar provisoriamente uma casa na Rua dos Douradores, mudando-se mais tarde dali para a Rua Nova do Almada.

É nesta época que a Associação adquire uma nova dinâmica e inicia uma intensa campanha de angariação de novos associados e a recuperação dos antigos, trabalho que infelizmente se veio a tornar inglório com fracos resultados como atestam diversos documentos da época.

Entre 1911 e 1933 a Associação esteve praticamente paralisada, apenas participando em alguns eventos nomeadamente no Congresso da República Portuguesa sobre o ensino agrícola ministrado nas Escolas Nacionais de Agricultura, onde, apresentou uma exposição ao Congresso reivindicando melhores condições de trabalho e salários para a os Regentes Agrícolas que trabalhavam para o Estado e no sector privado.

Em 1913 a Associação participa no Magno Congresso da Lavoura Nacional, uma iniciativa do jornal O Século, e nesse mesmo ano, dirige uma exposição aos Deputados sobre a Reforma dos Serviços Agrícolas em Portugal e os graves problemas que na época afectavam a lavoura nacional.

A 30 de Dezembro de 1933, dado o estado de paralisação em que a Associação se encontrava foi eleita por imposição do Estado Novo uma Comissão para proceder à reforma dos estatutos de 1898, adaptando-os às leis do Estado Corporativo e transformando a Associação em Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas, cujo Alvará viria a ser concedido em Dezembro de 1933 pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Terminava assim, após 35 anos de existência a Associação dos Regentes Agrícolas, instituição que promoveu e defendeu uma classe profissional de reconhecido mérito, que muito contribuiu para o desenvolvimento agrícola e florestal do país e das ex-colónias, executando trabalhos de elevada qualidade técnica e experimental nas diversas áreas da produção agrícola, florestal, pecuária e hidráulica agrícola.

O período que se seguiu após a criação do Sindicato em 1934, foi sobretudo de maior actividade associativa do que sindical, devido ao controlo imposto pelo regime do Estado Novo, limitando-se a ser uma organização meramente representativa da classe dos Regentes Agrícolas, sem qualquer intervenção relevante para a sua valorização profissional e académica.

Entre 1940 e 1975, apesar da pouca actividade associativa desenvolvida, destacaram-se algumas iniciativas promovidas com o intuito de manter a classe unida e visível no contexto da sociedade, nas quais se evidenciaram alguns colegas no plano profissional e também político. Neste período há a salientar a realização da tradicional reunião anual levada a efeito no dia 10 de Junho em todo o espaço nacional incluindo as ex-colónias, momento consagrado ao reencontro da classe para análise e discussão dos seus problemas, e assim manter viva a Associação dos Regentes Agrícolas.

Foi neste período que se passou a editar a revista “O Lavrador”, revista trimestral de agricultura prática com grande divulgação entre os associados e os agricultores em geral, que mais tarde viria a ser substituída pela revista a “ranja”, publicação de carácter técnico e cultural que teve uma ampla difusão no seio da classe.

Em 1941, a Associação/Sindicato arrendou um novo espaço e mudou-se para o nº292 do Largo Rafael Bordalo Pinheiro, onde permaneceu cerca de sessenta anos até deixar aquelas instalações em 2001 e, onde durante muitos anos não só funcionou o Sindicato, como serviu de ponto de encontro dos Regentes Agrícolas que ali frequentemente se deslocavam não só para contactar os colegas vindos dos vários pontos do país e das ex-colónias como também para desfrutarem de uma pequena e valiosa biblioteca que lhes servia de apoio e actualização técnica de novos conhecimentos.

Em 1948 celebrou-se o Cinquentenário da criação da Associação, tendo-se realizado uma sessão solene em 10 de Julho a que presidiu o então Ministro da Economia Dr. Castro Fernandes, que sublinhou o valor, o espírito e a acção de tão laboriosa classe, que ao longo de cinquenta anos de existência manteve com dignidade uma vida associativa e uma benéfica actuação junto dos lavradores e do meio rural, realizando uma obra digna de muito apreço tanto no plano técnico como no económico e social.

Em 1951 e 1955, o então presidente da Associação/Sindicato José Godinho Apostolo, é indigitado para representar os trabalhadores portugueses na 34ª e 38ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, onde foram discutidos diversos problemas de natureza laboral, importantes para os trabalhadores portugueses e em particular para os ligados ao sector agrícola, apresentando um valioso trabalho que mereceu os maiores elogios da crítica.

Em 1965, ao perfazer 100 anos que se iniciou o primeiro curso agrícola em Portugal, comemorou-se a efeméride na Associação Central da Agricultura Portuguesa, com uma sessão solene presidida pelo então Presidente da República, Almirante Américo Tomás, na qual a Associação/Sindicato esteve representada tendo sido alvo dos maiores elogios pela acção desenvolvida pela classe em prol da lavoura portuguesa.

Em Julho de 1969, o grande amigo e dirigente da Associação/Sindicato o saudoso Aires de Sá Nogueira, grande figura de prestígio nacional e internacional que presidia à Assembleia Geral, morre em Beirute. Poeta, homem de acção e de inconfundível personalidade e humanismo, foi figura marcante na vida da Associação nas décadas de 50 e 60 e a quem a classe muito ficou a dever pelo prestígio profissional então alcançado nos diversos ramos de actividade dos sectores agrícola e florestal.

No mesmo ano a Associação/Sindicato numa iniciativa inesquecível, promoveu a Reunião Magna dos Regentes Agrícolas que teve lugar em Angola, aonde se deslocaram colegas do Continente, Açores, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, que culminou com a comemoração do 10 de Junho dia da classe, na Escola do Tchivinguiro. Foi uma viagem que marcou na época um ponto alto da vida associativa dos Regentes Agrícolas e que

proporcionou a todos os que se deslocaram a Angola ou lá se encontravam a trabalhar, momentos de grande confraternização e camaradagem, apanágio da velha classe dos Regentes Agrícolas, que deu a conhecer o valioso trabalho desenvolvido pelos colegas naquela ex-colónia portuguesa nos vários sectores agrícolas quer do estado, quer em grandes fazendas e explorações agrícolas de café, sisal, algodão, palmar e obras de irrigação espalhadas por todo o território.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, no meio de toda a agitação política e social que então se desencadeou, perante um novo quadro de participação democrática que se anunciava decorrente da mudança política operada no País, sucederam-se inúmeras reuniões da classe com o objectivo de dar um novo rumo à Associação/Sindicato que naquela altura contava já 76 anos de existência.

Em Junho de 1975, uma nova Direcção, inicia um processo reivindicativo de reestruturação do curso de Regente Agrícola exigindo a sua equiparação ao bacharelato, o que viria mais tarde a ser consagrado através do Decreto-Lei nº 316/76, de 29 de Abril, para todos os efeitos legais excepto para o prosseguimento de estudos. Esta situação aberrante manteve-se inalterável por muitos anos com manifesto prejuízo para todos aqueles que pretenderam prosseguir estudos superiores.

Entretanto, são extintas as Escolas de Santarém, Coimbra e Évora e criadas as em sua substituição as Escolas Superiores Agrárias integradas nos Institutos Politécnicos, que passaram a ministrar o novo ensino agrícola ao nível do bacharelato, criando-se posteriormente outras escolas em diversos pontos do país, nomeadamente em Castelo Branco, Bragança, Beja Elvas e Viseu.

Ainda em 1975 e em consequência da transformação que entretanto se operou com a extinção do curso de Regente Agrícola e a sua equiparação ao bacharelato, a Associação/Sindicato decide extinguir-se e através de um processo conturbado e de grandes divergências internas, passa a designar-se Sindicato dos Engenheiros Técnicos Agrários - SETA, passando a ser a única instituição representativa da classe para fins profissionais e laborais.

Até 1984 e em consequência da agitação social que então se vivia no país, sucederam-se várias tentativas de reorganização e revitalização da classe com vista a adaptá-la à nova realidade política, visando não só a reestruturação do ex-curso de Regente Agrícola, como também o reconhecimento e a valorização profissional dos diplomados em igualdade com outras formações académicas equiparadas.

Sucedem-se um conjunto de iniciativas no seio do Sindicato com vista à sua integração na nova organização sindical a nível nacional mantendo-se a classe activa e participativa em reuniões para debate da sua situação profissional e académica, destacando-se sobretudo as tradicionais reuniões anuais do 10 de Junho para promover debates sobre a situação da classe.

Entretanto a situação do Sindicato começava a evidenciar uma grande fragilidade e a necessidade de ser encontrada uma solução para o futuro associativo dos engenheiros técnicos agrários, quer através da criação de uma nova Associação, ou a transformação do então Sindicato numa estrutura vertical de âmbito nacional representativa de todas as classes profissionais do sector agrícola em Portugal.

Estava lançado o alerta para o desbravar de um novo caminho, pondo fim à “velha “ Associação e Sindicato com mais de 80 anos de existência desde a sua fundação em 1898.

É então que, Jorge Santos, engenheiro técnico agrário e Secretário-geral do Sindicato elabora um documento que intitula de “UM NOVO &UTURO “ que viria a servir de base para um amplo debate interno entre os engenheiros técnicos agrários e que viria mais tarde a dar origem à formação de uma nova estrutura sindical alargada a outras classes profissionais, perante a contestação de alguns associados que se opunham a esta solução.

Uma vez extinto o sindicato dos engenheiros técnicos agrários, um grupo de colegas resolve criar por escritura notarial de 10 de Abril de 1984 uma nova Associação com a designação de ASSETA – Associação dos Engenheiros Técnicos Agrários com sede em Santarém, elegendo uma Comissão Instaladora e para onde transfere parte do património herdado do ex-Sindicato, dando início a uma nova era associativa dos Engenheiros Técnicos Agrários.

A nova Associação, animada pela firme vontade da classe de ver reconhecidas as suas capacidades e competências para o exercício da profissão de engenheiro técnico em igualdade com os das restantes especialidades de engenharia técnica, inicia um processo reivindicativo junto das instâncias oficiais para ver contempladas as suas pretensões e que fosse feita justiça às suas capacidades e competências profissionais, incluindo o direito ao prosseguimento de estudos superiores que o Decreto-Lei que lhes conferia a equiparação a bacharel, lhes impedia.

É um novo período de incertezas e lutas sem sucesso que a curto prazo levam ao desânimo de alguns, sobretudo pelo aparecimento dos novos diplomados pelas Escolas Superiores Agrárias com outra formação escolar diferenciada da anterior, sem as suas tradições e vocação técnica para a assistência a uma agricultura tradicional que entretanto também se começava a modificar com a introdução de novas tecnologias e todo o conturbado processo de reforma agrária que veio alterar o panorama agrícola do país.

Em Março de 1987 e em consequência da criação de um novo sindicato então designado dos Engenheiros Técnicos de Ciências Agrárias, a ASSETA, resolve alterar os seus estatutos e adoptar uma nova denominação, a Associação dos Engenheiros Técnicos de Ciências Agrárias-ASSETCA.

A Associação vive tempos difíceis não só pelo diminuto número de associados, como também por falta de resposta às suas reivindicações de ver reconhecidas as suas pretensões de prosseguimento de estudos superiores, bem como a sua valorização profissional nos quadros superiores da administração pública. Tornava-se urgente encontrar uma solução para a integração dos antigos diplomados em igualdade com os novos formados nas Escolas Superiores Agrárias numa única Associação profissional representativa dos bacharéis em ciências agrárias.

Naturalmente que a APET – Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos, instituição de âmbito nacional, representativa da classe profissional dos bacharéis em engenharia das diversas especialidades, era quem legitimamente reunia as condições para integrar e passar a representar os engenheiros técnicos agrários, admitindo-os como membros de pleno direito e criando no seu seio mais uma especialidade dos engenheiros técnicos. Estava finalmente encontrada uma solução.

III – A INTEGRAÇÃO NA APET-Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos

A integração na APET veio a concretizar-se em 1990, através de negociações com a associação dos engenheiros técnicos agrários ASSETCA e os dois Sindicatos SETAA e SETECA, que promoveram a inscrição dos seus associados como membros da APET.

Estabeleceu-se um protocolo através do qual estas organizações instruíram os respectivos processos de admissão dos candidatos interessados em se filiarem na APET, tendo esta dispensado o maior apoio e procedido à avaliação académica e curricular dos candidatos, no qual muito se empenhou o seu Presidente engenheiro técnico civil Augusto Guedes.

Concretizou-se assim a integração e o reconhecimento dos engenheiros técnicos agrários como membros da APET, passando a estar profissionalmente representados e reconhecidos com os mesmos direitos e deveres que os restantes membros das outras especialidades representadas pela Associação.

Iniciava-se mais uma nova era para os agrários, agora integrados numa estrutura profissional de âmbito mais vasto e mais vocacionada para a defesa dos seus interesses profissionais, compatíveis com a sua condição de engenheiros técnicos. Desde logo foi feito um levantamento dos seus problemas ao nível profissional e posicionamento no âmbito dos quadros da administração pública e do sector privado, desenvolvendo-se de imediato um processo reivindicativo de reconhecimento e equiparação das suas qualificações e competências como engenheiros técnicos, nomeadamente a revogação da lei impeditiva do prosseguimento de estudos quando da sua equiparação a bacharéis.

Com a criação no seio da APET dos Colégios de Especialidades, foi então criado o Colégio de Engenharia

Agrária que passou a integrar cerca de meio milhar de membros provenientes dos mais diversos sectores da actividade agrícola, florestal e pecuária, formados não só nas extintas escolas de Regentes Agrícolas como nas actuais Escolas Superiores Agrárias, e que teve como primeiro presidente e vice-presidente, respectivamente os colegas Orlando Barbosa e Almeida Completo, que passaram a integrar o respectivo Conselho Deontológico Nacional.

Com a extinção da APET e a criação da ANET pelo do Decreto-Lei nº 349/99 de 2 de Setembro, que lhe conferiu o estatuto de associação de Direito Público, passou a nova Associação a representar e a regular a profissão de todos os engenheiros técnicos, incluindo os agrários, competindo-lhe zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão, promovendo a sua valorização profissional e científica e a defesa e o respeito pelos respectivos princípios deontológicos., exercendo igualmente a jurisdição disciplinar sobre todos os membros que exercem a profissão.

Desde logo, a ANET a partir da integração dos engenheiros técnicos agrários oriundos das antigas escolas de Regentes Agrícolas, tomou a iniciativa junto do Ministério do Ensino Superior de resolver a situação injusta que perdurava desde 1976, criada pelo Decreto-Lei nº316/76, de 29 de Abril que equiparou a bacharéis, “para todos os efeitos legais, excepto para o prosseguimento de estudos “ os titulares do curso de Regentes Agrícolas”, agora também seus representados profissionalmente.

Era uma situação aberrante que durante anos prejudicou centenas de diplomados que pretenderam prosseguir os seus estudos, vendo-se prejudicados ao longo de mais de trinta anos na sua progressão e valorização profissional, para a qual desenvolveram uma intensa actividade adquirindo competências não formais, como forma de responder às exigências que a evolução da profissão lhes impôs.

Foi um insistente processo reivindicativo desenvolvido pela ANET que veio finalmente alterar a situação através do Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Julho, que no seu artigo 5º reconhece o direito aos bacharéis com o antigo curso de Regente Agrícola, ao prosseguimento de estudos e ainda à creditação da sua formação e experiência profissional.

Ficou assim consumada mais uma etapa do longo e histórico percurso académico e associativo dos “Agrários” iniciado em 1898, que conta já 111 anos de existência.

Reconhecida como uma classe profissional de grande prestígio que muitos e valiosos contributos prestou ao desenvolvimento do sector agrícola em Portugal e noutros territórios espalhados pelo mundo, muitos destes profissionais deixaram obra de inegável valor e qualidade técnica e científica largamente reconhecida e referenciada.

Lisboa, Maio de 2009